

A INTENSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS ESCOLAS E SUA INTERFACE COM A SAÚDE/E OU ADOECIMENTO DOS PROFESSORES

Maria Izabel Alves do Reis¹ -
Universidade Federal do Pará
mariaizabel.reis@bol.com

Resumo: Este artigo procura buscar elementos, visando estimular uma reflexão sobre a intensificação e as condições de trabalho nas escolas e sua interface com a saúde/ e ou o adoecimento dos professores. O estudo, resultado de uma pesquisa bibliográfica, trás indicativos de que, tanto a escola, como os trabalhadores docentes, no bojo das intensas transformações sofrem um processo de modificações na suas finalidades e funções, a fim de atenderem as exigências do mundo do trabalho. Tais mudanças, aliadas a intensificação e as condições de trabalho, tornam os trabalhadores docentes mais suscetíveis a processos de adoecimentos, que podem ser de ordem física quanto psíquica, ou a somatória de ambas.

Palavras-chaves: trabalho docente; intensificação; adoecimento.

INTRODUÇÃO

O processo de mundialização do capital experimenta, especialmente desde a década de 70 do século passado, uma crise estrutural em função do regime de acumulação adotado, fundamentada, em sua essência, pela lógica reprodutora do capital (ANTUNES 2006). O regime de acumulação imposto consegue uma extraordinária elevação da extração da mais valia o que aumenta significativamente a exploração da força de trabalho. Mantendo o principio do acúmulo do capital, intensifica e subjuga, inexoravelmente, a exploração da classe trabalhadora, bem como acentua a precarização das condições de trabalho desta classe. De um lado, uma pequena quantidade de pessoas detentoras do capital com acesso a todos os meios para a satisfação de suas necessidades, de outro lado, à grande maioria, que ao contrário dos demais, vem sendo excluídas de todas as garantias mínimas de sobrevivência.

Essa forma de reprodução está intimamente vinculada ao metabolismo do capital e sua incorrigível e perversa lógica que está assentada em modelos de exclusão cada vez mais desumanos e desiguais. Neste sentido, essa relação é mantida justamente, para a sustentação do sistema do capital, que sobrevive da exploração (Mészáros 2009).

Um dos sintomas da atual crise do capital é a emergência de um desemprego crônico ou desemprego estrutural, acompanhadas da precarização das condições de trabalho, além da intensificação da degradação das relações homem e natureza, o que tem produzidos estragos irremediáveis para a humanidade. A resposta, segundo Antunes (2006) para essa crise, na perspectiva dos governos, foi à indução de uma concepção política, econômica e social conhecida como o modelo Neoliberal, cujas bases filosóficas encontram-se no Liberalismo Clássico, que dominou a concepção política e econômica nos séculos XVII e XIX, tendo como um dos

¹ Aluna do Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará.

principais teóricos Adam Smith com o livro *A Riqueza das Nações*. As concepções formuladas pelo autor lançaram as bases para o Liberalismo, e traz como princípios a desregulamentação, a privatização das atividades econômicas, buscando definir as funções e o papel do Estado, deixando o indivíduo livre para atuar, de acordo com suas necessidades.

O retorno do modelo Liberal, revestido de uma roupagem aparentemente nova – Neoliberal – tem seu retorno premeditado a partir das teses defendidas por Hayek, especialmente em sua obra “*O Caminho da Servidão*”, que constitui, ainda hoje, um de seus principais aportes teóricos. Neste livro, autor propõe um estado menos interventor e mais voltado para a lógica do mercado, na qual os indivíduos teriam as rédeas de suas próprias iniciativas econômicas. Assim, a concepção neoliberal traz um novo papel para o Estado, que passa a desregulamentar suas atividades, contrapondo-se ao modelo de políticas públicas baseado no Estado do Bem-Estar Social, que segundo seus defensores, aprofundam ainda mais a crise instaurada na sociedade (AZEVEDO 2001). A defesa pelos neoliberais de um Estado mínimo implica na assunção de um Estado forte para o resgate da economia de mercado. Para Ricardo Antunes (2006, p.31):

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes formam o advento do neoliberalismo, com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital de instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Nesse sentido, a doutrina neoliberal, externamente urdida, representam a configuração da resposta elaborada para a saída da crise provocada pelo Estado de Bem Estar Social, tal como apontam os teóricos do livre mercado. As políticas neoliberais constituíram a estratégia salvacionista para a saída da forte crise fiscal que abalava o processo de reprodução do metabolismo do capital².

O cenário de forte estagflação que atingiu o Brasil na década de 1980, ensejou o subterfúgio necessário para que na década seguinte o país viesse a adotar medidas de ajustes da economia, tal como propaladas pelo “*Consenso de Washington*”, visto que, durante a fase do nacional-desenvolvimentismo ficou mais submisso à dívida externa, aprofundando a dependência econômica, principalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), provocando uma crise fiscal que, sob ótica dos neoliberais, estorvava o processo de acumulação ampliada do capital.

Visando combater a propalada crise fiscal, os neoliberais acenavam com a necessidade premente de se efetivar medidas que visem reformas administrativas, flexibilização da legislação

2 Na periferia do processo de acumulação do capital, sob a ideologia do nacional desenvolvimentismo os países latino-americanos, influenciados pela ótica Cepalina, experimentaram um curto período de desenvolvimento, como fora o caso do “*milagre brasileiro*” do começo dos anos setenta. A inserção periférica desses países no processo de mundialização do capital, cuja base da industrialização se assentou com forte injeção do capital estrangeiro e incentivos à implantação de parques industriais, como foi o caso da zona franca de Manaus no Brasil, viram esse modelo de desenvolvimentismo se esgotar, trazendo à tona uma intensa crise, o que fez ruir o projeto desenvolvimentista previsto e que agora fracassara.

trabalhista, compromissos com os organismos financeiros internacionais e pagamento da dívida externa, dentre outros. Nesse sentido, as reformas adotadas principalmente nos setores sociais, pelos governos brasileiros, a partir dos anos de 1990, passaram pela adequação econômica, política e social do país, determinando os rumos de todos os setores da sociedade brasileira, como será o caso das políticas públicas em educação.

Assim, a educação como um setor social, foi uma das que mais sofreu pressões dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) etc., para adequação aos princípios dos novos modelos de desenvolvimento demandados por tais organismos. Estes princípios dizem respeito a uma política educacional que vislumbre a formação de um sujeito que se adéque ao processo de desenvolvimento instaurado, cujos princípios estão pautados na formação de competências e habilidades, para que os mesmos possam estar aptos a adentrar no mercado de trabalho.

As reformas educacionais instauradas na década de 1990 até os dias atuais nos dão conta das intensas mudanças na concepção de educação que perpassam desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394/96 LDB), do Plano Nacional de Educação (Lei 10 172/01) originando modificações nas concepções de formação, na organização político, pedagógico e financeira da escola e no trabalho docente. Este último, objeto principal de nosso trabalho, podemos considerar que teve e continua a ter uma importância vital no seio das reformas educacionais instituídas no país, pois, como principal figura que desempenha o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem na escola, todas as atenções voltaram-se primeiramente para a sua formação inicial e continuada e agora com mais ênfase ao trabalho desenvolvido na escola, com alunos, pais e comunidade geral.

1.1 A Escola no Cenário Educacional

A educação formal nessa tessitura é fortemente afetada pela incorrigível lógica do capital. No horizonte histórico do capitalismo, a educação, portanto, tendencialmente colabora para os processos de reprodução mais amplos. As reformas educacionais realizadas sob a batuta dos preceitos neoliberais são realizadas com o único e legítimo objectivo de tentar corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, tendo em vista a manutenção das determinações estruturais que sustentam essa sociedade, em sintonia com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua “*totalidade lógica*”. Assim, as reformas educativas objetivam reformar o que é irreformável; as condições estruturais da lógica metabólica do capital que inviabilizam a produção, dentro do horizonte do capital, de uma educação verdadeiramente emancipadora: por isso a necessidade de se pensar uma educação para além do capital.

Não podemos deixar de situar a escola, como instância na qual é pautada a política educacional e que absorve todos os movimentos de mudança na sociedade. A escola é um canal que se coloca entre os sujeitos que a compõem e o modelo de sociedade que se almeja, seja

da classe dominante ou da classe dominada, cada uma terá na escola um projeto que se deseja atingir.

Diante desta realidade, podemos afirmar que, em função de ser afetada pela incorrigível lógica do capital, a escola também se encontra em crise, uma vez que não consegue cumprir os desígnios para os quais fora originariamente instituída: formar indivíduos esclarecidos e emancipados para o exercício da cidadania. Ao pensarmos na escola, vislumbramos que parte da crise que ela vivencia está também relacionada aos sujeitos que ali se encontram, tais como docentes e discentes. Os docentes por serem centrais aos projetos e reformas que se colocam para a escola e os discentes por serem os sujeitos, na qual, as reformas diretamente focalizam suas ações. De certo modo, em ambos, guardadas as devidas proporções, as reformas postas transferem cargas de responsabilidades que interferem de alguma maneira nas respectivas performances, na luta permanente de alcançar as metas exigidas pelas políticas educacionais.

Nesta perspectiva ganha corpo em nossas escolas públicas a existência de um mal-estar que assola principalmente os trabalhadores docentes e em certa medida os discentes. Tal desconforto pode ter como explicação os ajustes realizados para que ambos dêem respostas às medidas adotadas pelos programas governamentais, não apenas para a sociedade de forma geral, mas e principalmente aos organismos internacionais, que tem tido grande ingerência sobre os rumos da educação no Brasil, desde os níveis elementares até os superiores.

Por outro lado, não podemos descartar o próprio peso que a escola carrega no sentido de dar conta das demandas sociais impostas a ela, desconsiderando assim o contexto na qual a mesma encontra-se inserida. Situada na base do processo metabólico do capital, a escola é impactada pela organização social excludente e desigual, pela desestruturação do núcleo familiar, pelo desemprego, pela falta de perspectivas futuras, levando docentes e discentes a, muitas vezes, se desestimularem diante da complexidade das exigências reclamadas, o que provoca um profundo mal estar.

No caso dos docentes, é certo que a carga de trabalho nos últimos tempos se intensificou, ao mesmo tempo em que condições de trabalho se deterioraram, uma vez que as escolas em sua grande maioria encontram-se em situações precárias, os níveis salariais não acompanham aqueles de outros trabalhadores. Sobre a questão da intensificação do trabalho docente vejamos o que nos diz Oliveira (2006, p. 21):

Podemos observar la intensificación del trabajo docente como resultado del aumento de la jornada laboral, que puede darse de diferentes maneras em función del aumento considerado de responsabilidades de los docentes como consecuencia de las reformas más recientes.

Tal reforma, segundo a autora citada, traduziu-se em um aumento da carga de trabalho, que muitas das vezes os forçam a levarem atividades para casa (planejamento, correções de trabalhos dentre outros), sem a remuneração devida, bem como a lotação em diferentes escolas, ao mesmo tempo em que levando-os a assumirem outras atividades, para poderem corresponder às demandas da escola. Com isso, corroboramos com a autora que a intensificação do trabalho

docente, dá-se de maneira camuflada, na qual muitos docentes não conseguem perceber o contraditório processo no qual encontram-se submergidos. Daí a necessidade de pensar, tal como nos orienta Mészáros (2000), de que os “Os remédios não podem ser só formais; eles devem ser essenciais”.

2. Intensificação e Condição de Trabalho Docente

Ao direcionarmos nossa análise sobre as condições de trabalho docente, não podemos desconsiderar as realizadas por Karl Marx (2006) sobre o trabalho na perspectiva mais abrangente. Neste sentido, destacamos que o trabalho tem importância vital para homens e mulheres, pois segundo Marx (2006):

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - qualquer que seja a forma de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (p.64).

O trabalho implica uma relação, que vai além da manutenção das bases materiais humanas, configura-se como elemento vital de sustentação da espécie. Sendo determinante, na vida e na organização social dos seres humanos. Neste sentido, o homem através do trabalho modifica a natureza, para fins de transformação, de sustentação e sobrevivência. Daí o trabalho ser destaque central, na perspectiva marxiana (MARX, 2006).

Mas, o trabalho como objeto de transformação, também traz consigo sua própria contradição ou sua negação, ao se tornar elemento alienador, uma vez que distancia o trabalhador dos produtos da atividade laboral. A alienação consiste, assim, no não reconhecimento pelo homem do produto do seu trabalho, ao mesmo tempo em que transforma o labor em não realização pessoal, mas em sofrimento, tendo como consequência também a alienação do homem nas relações que estabelece com os outros homens. O trabalho e o homem passam a ter uma relação contraditória, uma vez que ao produzir as mercadorias, o próprio homem se torna uma mercadoria, (MARX, 2006).

Assim, no capitalismo, o trabalho, cada vez mais submergido na lógica mercantil, vê definir sua capacidade criadora e de humanização, uma vez que encontra-se cada vez mais serviçal de relações mercantis, embrutecedoras e desumanas, tornando o homem cativo das condições de exploração típicas do modo de produção vigente. No entanto, a relação homem e natureza, mediada pelo trabalho, proporcionaram transformações e o acúmulo de riquezas nas sociedades, propiciando o aparecimento de duas classes: a burguesia, dona do capital, e o proletariado vendedor da força de trabalho. Neste sentido, o modelo societal na qual nos encontramos, sob o paradigma do capitalismo, emerge como campo contraditório, em primeiro lugar pela riqueza de poucos e a pobreza de milhares, e em segundo lugar, pelo fato de que a manutenção do sistema do capital gera nas relações de trabalho, exploração, precarização, destruição da natureza, e desumanização do homem (MÉSZÁROS 2000).

O trabalho, a partir da importância que assume nas sociedades de forma geral passa a ser elemento de análise por ser vital na formação e desenvolvimento da sociedade e do ser humano, afinal de contas é com ele e a partir dele que as grandes transformações tornaram-se possíveis. Sendo o trabalho um elemento vital para a própria transformação da natureza em seu sentido amplo, apenas o ser humano na sua estrutura como animal racional é capaz de planejar, elaborar, inventar e criar processos que modificam a natureza, visando atender as necessidades pessoais e sociais. Neste sentido, precisamos entender o trabalho de acordo com o modo de produção capitalista atual e sua manifestação concreta. Sobre as formas como hoje se concretiza o trabalho, Ricardo Antunes (2006) faz as seguintes considerações:

Considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. [...] mas como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje (ANTUNES, 2006, p. 102-103)

É diante das concepções ampliadas de trabalho, que hoje podemos considerar que o mesmo vem sofrendo de acordo com Antunes (2006) profundas transformações, o que acarreta mudanças no mundo do trabalho, como consequência das mudanças estruturais na sociedade capitalista, mas que, de forma alguma, não eliminam a centralidade do trabalho na vida humana. Deste modo, as modificações no mundo do trabalho ultrapassam as fronteiras do trabalhador fabril e adentram em áreas cujo trabalho é aquele considerado por Marx (2006) de imaterial e o trabalho intelectual improdutivo que não produz mais valia, aqui nos referimos especificamente aos trabalhadores docentes como classe pertencente ao trabalho intelectual e, que atuam em todos os níveis de ensino.

Nos últimos anos o trabalho docente vem passando por muitas transformações, todas elas relacionadas a uma política educacional que passou a ter como ator principal o docente. Essas políticas não estão deslocadas de um contexto internacional na qual o Brasil teve que adequar-se, visando à melhoria do quadro educacional. Diante disso, podemos ponderar acerca das mudanças curriculares, as avaliações docentes e discentes, as políticas de inclusão, as formas de gestão que tanto sofreram com a política de descentralização financeira e administrativa, originárias da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), como tendo grandes repercussões nas atividades diárias do trabalhador docente.

Ao lançar mão dos artifícios de aumentos dos índices, as ações tornam-se focalizadas nas avaliações, desconsiderando o contexto educacional, a escola, as condições de trabalho dos docentes. Assim, nos últimos tempos, percebemos um aumento na intensificação do trabalho docente que trouxe como consequências o aumento das atividades, maiores turmas, salas mais cheias, maior demanda sobre o trabalho docente, ampliação da natureza das funções docentes.

Sabemos que as condições de trabalho docente há muito vem sendo analisadas e que os ambientes de trabalho aqui considerados como as estruturas físicas e humanas, as relações assimétricas de poder dentre outras. Segundo Assunção (2008, p.03):

Em nossa sociedade, os processos de trabalho são desenvolvidos sob circunstâncias particulares, as quais, na maioria das vezes, não se constituem objeto de debate e permanecem invisíveis aos olhos da gestão e dos sistemas. O reconhecimento de determinadas circunstâncias como sendo condições de trabalho tem relação direta com o enfrentamento das forças sociais contraditórias que norteiam os processos produtivos, incluindo a produção de serviços escolares.

O processo de intensificação do trabalho docente por sua vez, vem acompanhado de uma evolução nas formas de controle do currículo e do ensino na perspectiva apontada por Apple (1995) na qual concorrem para esta situação, outros fatores como a qualificação e requalificação, a separação entre concepção e execução. Segundo este autor, o processo de intensificação do trabalho docente, traz como consequência a degradação dos mesmos, pois, no dia-a-dia de trabalho são tantas as atividades, que o mesmo acaba por não sobrar tempo de ir ao banheiro, tomar água, ao mesmo tempo em que podem sofrer com o isolamento.

A intensificação do trabalho docente se concretiza também em uma sobre carga de trabalho que pode ser resultado de diversos projetos e atividades que os trabalhadores em educação precisam realizar, dentro da escola e fora dela, e que em muitos casos, extrapolam sua carga horária de trabalho. Tomemos como exemplo em que a participação dos docentes é fundamental como, as reuniões com os pais, com conselhos escolares, as feiras e festas culturais, realizadas, quase sempre, fora do horário de trabalho dos professores; isto, sem falar nas avaliações periódicas realizadas nas escolas, que não são contabilizadas nos 200 dias letivos.

Para Dal Rosso (2006) a intensificação do trabalho e diz respeito à forma como este trabalhador gasta as suas energias, traduzidas em um conjunto de esforços com a finalidade de alcançar os objetivos de trabalho. No caso dos trabalhadores docentes, os esforços despendidos com o atendimento individualizado colocam em jogo a saúde, pois esse tipo de atendimento implica percorrer a sala inteira, curvando-se, utilizando sua voz; da mesma forma, o uso contínuo das mãos para correção das atividades, a escrita no quadro de giz trazem sequelas futuras para esse profissional. “Entre os trabalhadores do ensino público, as doenças do trabalho atingem 25,8% dos entrevistados, significando que o trabalho educacional apresenta condições bastante ruins para seus trabalhadores” (DAL ROSSO, 2006, p.82).

Essa intensificação passou a ganhar visibilidade mais recentemente, diante das muitas reformas na educação, que resultaram em maiores responsabilidades para este trabalhador no contexto das organizações educativas e podem contribuir com um quadro cada vez mais emblemático de problemas de saúde, mal-estar, síndrome de burnout, entre os trabalhadores docentes.

3. Saúde e Adoecimento e sua Interface com o Trabalho dos Docentes

A tessitura na qual está inserido o trabalho docente nos revela que este se desenvolve em meio a um acentuado processo de precarização da rede pública de ensino. Neste momento presenciamos uma quantidade insuficiente de escolas, professores e demais trabalhadores de educação, em paralelo ao aumento do número de alunos matriculados, bem como a ausência de equipamentos coletivos essenciais para a realização da prática educativa. Esse cenário nos demonstra que as condições de trabalho produzem um demasiado esforço na realização do ato educativo realizado pelos docentes, residiria aí parte da origem do sofrimentos, doenças psíquicas e físicas que investem contra os docentes. No entender de Weblar (2007) o docente enfrenta um processo doloroso, no qual sua condição de trabalho é relegada a um plano escondido, recalcado e silencioso.

A educação, inserida na lógica reprodutiva do capital, vem afetando diretamente a saúde dos docentes que atuam na educação básica. Sobre o adoecimento, precisamos esclarece, que nem todas as doenças são ocasionadas pelo trabalho, o que nos leva a concluir que determinadas doenças são oriundas de fatores como idade, sexo, etnia, condição socioeconômica, dentre outras e que são assim reconhecidas como doenças não relacionadas ao trabalho. Por outro lado, existem determinados tipos de doenças que aparecem com maior incidência entre determinados grupo, pela maneira como os mesmos encontram-se expostos a agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômico ou organizacional, podendo ser determinado em consequência do trabalho (LIMA 2010).

Para Lima (2010, p. 64), a Legislação Previdenciária brasileira (Lei 8.213/91, anexos I e II) define o que sejam doenças profissionais e do trabalho. Segundo o mesmo, as doenças profissionais se incluem no grupo das tecnopatias, doenças que se associam com o próprio processo produtivo, o qual, por sua natureza é adoecedor, e as do trabalho ou mesopatias, não estão relacionadas aos processos produtivos em si, mas dizem respeito à forma e também ao ambiente em que o trabalhador atua.

Em resumo o autor pondera:

Vê-se, pois, que para as tecnopatias o trabalho é um determinante necessário, sem a qual a doença não se desenvolve. Já para as mesopatias, o trabalho é determinante suficiente, ou seja, ele sozinho pode dar conta de compor a fisiopatologia³ que conduz aos sintomas e sinais clínicos, mas a patologia também pode advir condições outras não relacionadas à profissão (LIMA, 2010. p 64-65).

A visibilidade das condições de trabalho que marca a categoria de docente na década de 1990 surge a partir das denúncias, diante de um quadro físico e humano degradante. As condições físicas dizem respeito ao local de trabalho, iluminação, sujeira, som, tamanho da sala etc. Por outro lado, já as condições humanas, dizem respeito ao trabalho realizado, cansaço, estresse, ritmo de trabalho muito grande dentre outros.

3 **Fisiopatologia** é o estudo do mecanismo que leva ao aparecimento de doenças, permitindo a elaboração de estratégias de prevenção e tratamento das mesmas.

Hoje, de forma mais abrangente, o trabalho docente se coloca como questão central na organização do trabalho educativo, ou seja, a forma como se efetiva na prática, no cotidiano o trabalho a ser realizado no espaço escolar. Essa organização do trabalho segundo Dejours (2000) está relacionada à divisão do trabalho, favorecendo as relações de poder, nesses locais.

É nesse coletivo que os agravos à saúde deste trabalhador passam a ser estudadas, apesar de sabermos que muito ainda se precisa avançar, para que possamos encontrar as respostas, para os muitos casos de adoecimentos, de absenteísmo e abandonos da carreira docente. Dejours (1992) caracteriza o adoecimento no trabalho a partir dos seguintes pontos: o ambiente físico, caracterizado pelas estruturas que estão postas para a realização das atividades (iluminação, barulho, mobiliário etc.); a organização do trabalho (as tarefas, relações de poder e outras) e as relações de trabalho (todas as relações hierárquicas estabelecidas com os trabalhadores ou com os usuários). Segundo Czekster (2007, p.12) entre os motivos de afastamento do trabalho docente, as queixas psiquiátricas ocupam as primeiras posições, além de serem as de mais difícil reabilitação.

O reconhecimento que o adoecimento do trabalhador torna-se questão de políticas públicas passa a ser manchete de jornais, frequentemente, em todo o país. Em reportagem no jornal O Liberal, órgão da imprensa do Pará, publicado em 27/09/2009 traz a seguinte consideração.

A depressão já é a segunda maior causa de incapacitação para o trabalho no mundo, é segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), será a principal nos próximos dez anos. [...], A depressão atinge trabalhadores do setor privado de todas as classes. Os profissionais, mais vulneráveis, estão na área de tecnologia, informática, financeira, bancária, judiciária de saúde, de comunicação e de educação. Em sua maioria, são trabalhadores que adoecem e sofrem calados. Preferem o anonimato para se livrar do estigma da doença. Tem dificuldades em aceitar a doença. Quando procuram tratamento, já estão em crise. Às vezes é irreversível e leva a aposentadoria por invalidez (CADERNO ATUALIDADE 2009, p. 11).

A questão do trabalho docente envolve situações que expõem o trabalhador docente no cotidiano escolar, em sua vida particular, o que corrobora com a compreensão de que o trabalho, como atividade, não é neutra com relação à saúde, e que o ambiente escolar pode, de certo modo, favorecer a manifestação de danos psíquicos e físicos nos sujeitos. Sendo correto afirmar que alguns ambientes de trabalho, concorrem com o aparecimento de doenças ocupacionais, como é o caso da depressão.

Para Lancman (2004.p.27):

A incorporação de novas tecnologias, a precarização das relações de trabalho, a intensificação do ritmo, a diminuição dos pontos de trabalho, a sobrecarga e a exigência dos que permanecem trabalho têm ampliado e agravado o quadro de doenças e de riscos de acidentes. Os distúrbios osteomusculares e as lesões por esforços repetitivos – Dort/LER, além dos transformações psíquicos, são hoje as principais causas de afastamento no trabalho e de aposentadorias precoces, com forte impacto nas contas da Previdência.

A depressão como uma doença ocupacional pode ter como fonte principal a relação entre trabalho e sofrimento. O adoecimento então passa a ser o resultado da somatória de todas as pressões e da rigidez nas cobranças naquela instituição de ensino. Segundo Brant e Minayo-Gomez (2004 p 216), a transformação do sofrimento em adoecimento pode ser compreendida através do longo percurso do ‘poder disciplinar’ que foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens.

Este poder disciplinar é discutido na obra de Michel Foucault, e nos dá conta da forma como o corpo é submetido ao disciplinamento das ações, pelo outro. Assim, o outro exerce uma vigilância, não apenas na ação em si, mas também, no desenvolvimento desta ação (FOUCAULT, 1996), o que significa que, hoje, a disciplina não se efetiva, no produto final de uma ação, mas na forma como ela foi realizada, no sujeito que a pratica. É o próprio controle do sujeito, que se efetiva em ambientes, cujo processo hierárquico é muito forte.

Como toda atividade, e em se tratando dos trabalhadores docentes, verificamos que as mudanças nas formas do trabalho, cada vez mais complexas, surgem nas organizações escolares como geradoras de conflitos, tensões e sobrecargas físicas, psíquica e social, o que faz com que os docentes fiquem fragilizados, não apenas em sua dimensão física, mas nas relações que eles estabelecem com o outro (ARAÚJO, 2005).

O enfoque dado ao trabalho docente veio contribuir tanto na dimensão da reflexão como na dimensão das práticas sociais exercidas, que possibilitam desvelar os fenômenos relacionados ao processo de trabalho-saúde e doença, a partir do momento em que os determinantes e os processos de mediação passaram a ser vistos sob perspectivas mais amplas. Com base nas investigações dos processos de trabalho, tornou-se consensual entre muitos estudiosos (ARAÚJO, 2008; LANDINI, 2006; GOMES, 2005,) deste movimento trabalho-saúde e doença, a noção de que a solução dos problemas relacionados a esse processo implica visualizar estes fenômenos na perspectiva de condições e situações de vulnerabilidade na qual esta categoria de trabalhadores encontra-se.

CONCLUSÕES APROXIMATIVAS

Precisamos ponderar que, em razão das mudanças ocorridas no mundo do trabalho – às quais estes profissionais não estão alheios –, os trabalhadores também sentem os reflexos dessas transformações, que colocam em jogo o bem-estar psicossocial dos mesmos, visto que dizem respeito ao produtivismo profissional e acadêmico, à flexibilização das suas atividades, aos arrochos salariais, às perdas de direitos trabalhistas, e outros, que são frutos de políticas macroeconômicas e sociais assumidas no país, tornadas efetivas na reforma do Estado e transportadas para as reformas educacionais.

Ao enveredar nossos estudos sobre o trabalho e o adoecimento docente, a temática nos propiciou não apenas ampliar nossos conhecimentos, mas, sobretudo, trazer novos olhares para este assunto que, de certa forma está constantemente em pauta em nossas organizações

escolares. Sabemos que as relações saúde-doença, principalmente as relacionadas ao trabalho, não se configuram em uma equação simples, de causa e efeito. Mas de múltiplas determinações que colocam em jogo mecanismos de reação e defesa. Assim, o adoecer é uma resposta do organismo que se encontra afetado ou debilitado, e pode ter como causa agentes internos (biológico, psicológico) e externos (falta de alimentação adequada ou de saneamento; acidentes; relações conflituosas; ambiente de trabalho etc.).

Deste modo, entendemos que o estudo do cotidiano escolar nos permite buscar explicações para tentar compreender o conjunto das relações estabelecidas, sejam estas de ordem pedagógica, administrativa, financeira, e suas interfaces no trabalho docente. Sabemos que a escola sofre as influências dos determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade. Estas influências são responsáveis pela forma de conceber a educação e, assim, elas são postas na organização escolar e, de certa forma, introduzidas no trabalho realizado pelos trabalhadores docentes.

Entendemos que a forma como o trabalho docente veio se modificando e se reestruturando, nos últimos anos, não andou junto com a valorização deste trabalhador. Muito pelo contrário, buscou-se nesta figura a responsabilidade pela crise vivenciada por um modelo de educação ineficiente e excludente, sem levar em consideração os múltiplos fatores econômicos, políticos e sociais, que perpassam a totalidade do sistema educacional.

A escola enquanto instituição de formação torna-se um espaço onde o saber é construído, fazendo necessário que ela esteja cotidianamente se pensando, se reinventando, se reconstruindo de forma a garantir a sua função social na sociedade; torna-se um espaço privilegiado, para que se avancem nas práticas pedagógicas, no sentido de fazermos dela um espaço de transformação. Neste espaço, a figura do trabalhador docente é de extrema relevância à medida que está incumbido de realizar a atividade do processo ensino aprendizagem que se constitui como meio e fim da educação formal.

As perturbações na saúde sejam de trabalhadores ou não, estão ligadas ao corpo e a mente destes sujeitos. Entendemos que a saúde tem como antítese a doença, assim como a vida tem como antítese a morte, mas mesmo nesta confluência existem espaços, mediações para lidarmos com essas situações que nos permitam criar possibilidades de realizações pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e Miséria do trabalho no Brasil. IN. ANTUNES, Ricardo (ORG) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo Boitempo. 2006. 528p. ISBN 85-7559-083-9.
- ARAÚJO, Margarete V. Repercussões do trabalho no adoecimento mental e na saída da crise: o caso de uma servidora da UFMG. 2005. 37f. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia do Trabalho) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.saudeetrabalho.com.br/download/adoecimento-mental.pdf>>. Acesso em: 01 ago2008

ASSUNÇÃO, A.D. Saúde e Condições de Trabalho nas Escolas Públicas. IN: OLIVEIRA D.A. (Org.) Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. Belo Horizonte. Autentica. 2003.

_____. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza.** Vozes Petrópolis RJ 2005.

_____. Saúde e Mal-estar do(a) Trabalhador(a) Docente. VIII Seminário Redestrado – Nuevas Regulaciones en América Latina Buenos Aires. 2008.

BRANT, Luiz Carlos. MINAYO-GOMEZ. Carlos. Dispositivos de transformação do sofrimento em adoecimento numa empresa. *Psicologia em Estudos*, Maringá, v. 13 n. 3, p. 465-473, set/dez, 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n3/v12n3a03.pdf>>. Acesso em: 12 ago 2008

CODO. W. (Org.) Educação: carinho e trabalho. Petrópolis. Ed.Vozes. 2006.

_____, GAZZOTTIA, A, Trabalho e Afetividade. IN: CODO. W. (Org.) Educação: carinho e trabalho. Petrópolis. Ed. Vozes. 2006.

_____, ODELIUS. C.A, Poder de Compra. IN: CODO. W. (Org.) Educação: carinho e trabalho. Petrópolis. Ed. Vozes. 2006.

CZEKSTER. Michele DornelesV. Sofrimento e prazer no Trabalho Docente em Escola Pública. Disponível em <http://www.lume.ufrg.br/handle/10183/10623>. Acesso em 20 de ago 2009.

DEJOURS. Christophe. A Loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leão Ferreira. 5. ed. Cortez: São Paulo, 1992. ISBN 978-85-249-01101-0.

DEPRESSÃO no Pará custa fortuna ao INSS. O LIBERAL. Belém (PA) 27 de setembro de 2009. Caderno de atualidade, p. 11.

ESTEVE. J.M. O Mal-estar Docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FISIOPATOLOGIA <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fisiopatologia>

FOUCAULT. Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro. Graal. 1996

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 37. ed; São Paulo: Paz e Terra, 2008. ISBN 978-85-7753-015-1.

Karl Marx. O Capital: crítica a economia política Civilização Brasileira 2006.

LANDINI S.R. Professor, Trabalho e Saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica as conseqüências para a saúde do trabalhador-professor. VI Seminário da REDESTRADO – CD ROM 2006

LEMOS, J. C. Cargas psíquicas no Trabalho e Processos de Saúde em Professores Universitários. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

LIMA Bruno Gil de Carvalho A perícia médica do INSS e o reconhecimento do caráter acidentário dos agravos à saúde do trabalhador IN: CODO. Wanderley. MACHADO. Jorge. SORATTO. Lúcia (Orgs). Saúde e trabalho no Brasil: uma revolução silenciosa. Ed. Vozes Petrópolis Rio de Janeiro 2010.

MELEIRO. A.M.A.S. O Stress do Professor. IN. LIPP. M. (Org.) O Stress do Professor. Campinas. Papirus. 2002.

MÉSZÁROS, I. O Século XXI, socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. El Trabajo Docente y La nueva Regulación Educativa em América Latina. IN: FELDFEBER, Myriam Y. OLIVEIRA, Dalila Andrade (comps.) Políticas Educativas y Trabajo Docente: nuevas regulaciones? Nuevos sujetos? 1ª edição- Buenos Ayres: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico. 2006. 304 p. ISBN: 987-538-181-0

VIEIRA, Jussara Dutra. Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro. Brasília: CNTE, 2003. 80 p.

WEBLER, Rita Melânia. 2007. *O mal-estar e os riscos da profissão docente*. Artigo. Unioeste campus Marechal Cândido Rondon.